



Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos)

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

Demonstrações financeiras "carve-out" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais - R\$)

Balancos Patrimoniais			
Ativo	Nota	2022	2021
Ativo circulante		12.901.903	14.419.641
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.503.628	9.328.065
Recursos restritos vinculados e fundos	4	2.476.293	4.338.487
Adiantamentos diversos	5	712.427	642.027
Estoques	6	162.559	65.920
Despesas antecipadas		46.996	45.142
Ativo não circulante		1.414.148	1.041.487
Imobilizado	7	1.018.016	857.220
Depósito judicial		396.132	184.267
Total do ativo		14.316.051	15.461.128
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Resultado do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-	-
Incorporação do (déficit) / superávit do ano anterior ao patrimônio social	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Incorporação do (déficit) / superávit do ano anterior ao patrimônio social	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras			
1. Contexto operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou da convocação pública através da Resolução SC nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou o Contrato de Gestão 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio do Processo SCEC-PRC-2022/03250, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos ("Entidade"), para o período de 01/01/2018 a 31/12/2022. A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), com o término do contrato vigente e como determina artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 846, de 04 de junho de 1998 participou da convocação pública através da Resolução SC nº 44/2022 de 11 de outubro de 2022, e posteriormente celebrou o Contrato de Gestão nº 03/2023 com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio do Processo SCEC-PRC-2022/03250, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos ("Entidade"), para o período de 01/01/2023 a 31/12/2027. 1.1. EMESP Tom Jobim: Criada em 1989, a Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP Tom Jobim, é referência no ensino de música no Brasil, e tem em seu corpo docente profissionais com reconhecimento internacional. Da música clássica à popular, antiga à contemporânea, o projeto artístico-pedagógico da escola visa uma formação rica e abrangente, oferecendo aos alunos e alunas uma experiência em que performance e aula são indissociáveis. Mais de 1.300 alunos e alunas passam pela EMESP Tom Jobim todo ano, em Cursos Regulares (Formação e Especialização) e Cursos Livres. Com foco na profissionalização de jovens músicos, a EMESP Tom Jobim oferece também bolsas de estudos e experiências de aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam dos Grupos Artísticos: Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e Coral Jovem do Estado. 1.2. Theatro São Pedro: Fundado em 1917, o Theatro São Pedro é uma das casas de espetáculo mais ativas de São Paulo. Reinaugurado em 1998 após extensa reforma, desde então persegue a vocação de teatro de ópera da capital. Em 2010, com a criação da Orquestra do Theatro São Pedro, consolidou-se no cenário musical brasileiro como uma alternativa de qualidade - apostando na diversidade, a casa encontrou seu lugar. Ao abrir as portas para a cidade, aproximou público e artistas e criou um espaço em que arte, música e sociedade estão em constante debate. Além da temporada profissional, o Theatro São Pedro investe também na formação de jovens profissionais da ópera, e oferece bolsas de estudos e aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam da Academia de Ópera e da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro. 1.3. Teatro Caetano de Campos: O Teatro Caetano de Campos está localizado na Rua Bueno de Andrade, 715, Acimação, São Paulo, CEP 01526-000, funcionando em uma edificação anexa e pertencente à Escola Estadual Caetano de Campos. Este espaço é utilizado exclusivamente para ensaios da Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, da Orquestra Jovem Tom Jobim, da Banda Jovem do Estado de São Paulo e de outros grupos artísticos ligados à EMESP Tom Jobim e ao Theatro São Pedro. Desta forma, ele abriga instrumentos musicais e outros equipamentos necessários para essa finalidade. Além disso, a área superior do espaço do teatro é utilizada para a guarda dos figurinos e cenários das produções de ópera do Theatro São Pedro, bem como do banco de partituras e documentação musical dos grupos artísticos. 1.4. Impacto do COVID-19 nas operações: Em 2022, os efeitos da pandemia do novo coronavírus foram bem menores dos que os percebidos nos anos de 2020 e 2021. Embora diversos setores no país, incluindo o da cultura e economia criativa, ainda precisaram conviver com a paralisação de algumas de suas atividades neste ano de 2022, os efeitos econômicos na operação dessas empresas e instituições foram bem reduzidos se comparados aos dois anos anteriores. No que tange aos Contratos de Gestão firmados junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo, faz-se necessário esclarecer que as atividades foram realizadas de acordo com o planejamento que previu na estimativa das metas contratuais de gestão da EMESP/TSP/ORTHESP, o provável impacto da pandemia durante o ano de 2022. Houve atrasos e remarcações de algumas atividades no primeiro semestre em razão do recrudescimento da situação pandêmica, contudo conseguimos nos reorganizar para que tudo fosse efetivamente atendido até o final de 2022. Tendo em vista os menores efeitos do coronavírus no exercício de 2022 em detrimento dos anos de 2021 e 2020, tivemos como consequência uma alta nas atividades, que impactou na elevação do passivo da entidade, face ao aumento das correspondentes despesas e, proporcionalmente um aumento do consumo dos recursos recebidos. Não detectamos nenhum impacto de <i>impairment</i> no exercício por conta deste evento. 2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas, contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes ao contrato de gestão da "Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP ou "Entidade"), Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro (ORTHESP) e Teatro Caetano de Campos" gerido pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, aqui nestas demonstrações financeiras "carve-out" denominada simplesmente "Mantenedora", os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladora da Associação. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial da Associação como um todo (operações e resultados das demais filiais ou da sede-matriz, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de cultura nos projetos por meio de contratos de gestão ou contratos de colaboração de outras filiais que não a EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos). No modelo de contrato de gestão, ao aproximar-se do término do contrato vigente, o ente público abre convocação pública nos termos da lei complementar 846/1998 para uma nova contratação, podendo a Organização Social gestora atual também participar do certame. Caso a Organização Social gestora atual não seja a vencedora ou decline			

Demonstrações dos Resultados			
	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão	17	45.937.340	39.520.143
Trabalhos voluntários	3.o	85.741	-
Outras receitas operacionais		912	46.389
		46.023.993	39.566.532
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos	18	(29.691.773)	(26.196.933)
Serviços prestados por terceiros	19	(11.535.521)	(9.619.323)
Despesas gerais	20	(2.134.284)	(1.435.905)
Locações	21	(2.040.432)	(1.520.491)
Depreciações	7	(256.021)	(289.584)
Impostos e taxas		(249.793)	(230.075)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	(250.067)
Trabalhos voluntários	3.o	(85.741)	-
		(45.993.565)	(39.542.378)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		30.428	24.154
Despesas financeiras	22	(31.922)	(24.933)
Receitas financeiras	22	1.494	779
Despesas financeiras, líquidas	22	(30.428)	(24.154)
Resultado do exercício	-	-	-
Demonstrações dos resultados abrangentes			
	2022	2021	
Resultado do exercício	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-
Demonstrações do Fluxo de Caixa			
	2022	2021	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício	-	-	-
Ajustes por:			
Constituição de provisão para contingências	131.788	68.783	
Depreciações - imobilizado	256.021	289.584	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - outras contas a receber	-	250.067	
Provisão para outras obrigações a pagar - Processo IPTU	198.075	177.894	
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos			
Reclassificação de caixa para recursos restritos vinculados a fundos	-	(110.953)	
Reclassificação de recursos restritos vinculados a fundos para caixa e equivalentes	1.862.194	-	
Estoques	(96.639)	6.110	
Adiantamentos diversos	(70.400)	(598.634)	
Despesas antecipadas	(1.854)	(4.799)	
Depósitos judiciais	(211.865)	(184.267)	
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	955.903	45.901	
Obrigações sociais e trabalhistas	98.897	(212.978)	
Obrigações tributárias	31.396	(212.978)	
Pessoal e Encargos	359.363	1.727.217	
Contingências pagas	(13.202)	(555)	
Outras contas a pagar	5.526	(8.016)	
Recursos aplicados em ativos imobilizados	(256.021)	(289.584)	
Projetos a executar	(1.211.425)	4.074.430	
Fundos de reserva/contingência	(1.862.194)	110.953	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	175.563	5.128.175	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recursos aplicados em ativos imobilizados - compra de imobilizado	416.817	71.307	
Adições no imobilizado	(416.817)	(71.307)	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	-	
Varição de caixa e equivalentes de caixa	175.563	5.128.175	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.328.065	3.986.912	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.503.628	9.328.065	
Varição de caixa e equivalentes de caixa	175.563	5.341.153	

caiação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instrumentos musicais	10
Ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Telefones	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. (ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2022, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. **e. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **f. Obrigações trabalhistas:** Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **g. Provisões e passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Entidade não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais - Projetos e fundos a executar:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma, em conformidade com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)): **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar, fundo de reserva ou fundo de

Continua

...Continuação... contingência no passivo circulante. **Consumo do passivo de projetos a executar:** São registrados os consumos por meio de conta redutora do passivo, quando da realização de uma receita em bases sistemáticas com a despesa que pretende compensar. **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos, pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto. **j. Fundos de reserva e de contingência:** Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante. **(i) Fundo de reserva:** Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração da SMC, que poderá ser utilizada: **a.** Na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretária, condicionada à prévia aprovação pelo citado conselho, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretária; ou, **b.** Na hipótese trazida pelo Oitavo Termo de Aditamento (SCEC-PRC-2022/02655) assinado em 08/12/2022, que alterou o parágrafo quinto, da Cláusula Décima, do Contrato de Gestão nº 05/2017, e passou ter a seguinte disposição: "No último ano de vigência do presente contrato, caso não ocorra a reversão dos recursos do Fundo de Reserva a que alude a Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, alínea "b", para custeio das metas do plano de trabalho, o saldo da conta de reserva deverá, após o pagamento da última parcela do Contrato de Gestão, ser revertido para a conta de repasse". **(ii) Fundo de contingência:** Tem a finalidade de supor eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretária, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017. Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que: **(1)** A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência. **(2)** Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres. **(3)** Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior. **(4)** No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte. **(5)** Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída. **(6)** Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês. **(7)** As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste. **k. Recursos aplicados em ativos imobilizados (receita diferida):** Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são realizadas ao resultado do exercício segundo o regime de competência em base sistemática em confronto com a depreciação do bem imobilizado ao longo de sua vida útil estimada, em atendimento ao CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). **l. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição. Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado para uma entidade beneficente, congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S. se a lei exigir e, de preferência constituída pelas Religiosas Professas, Irmãs de Santa Marcelina conforme for fixado pela Assembleia Geral. A Organização Social aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. Os recursos financeiros destinados à Organização Social são providos em sua maior parte, pela Secretária de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, neste sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas por este órgão governamental para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. **m. Reconhecimento de receita:** A Entidade reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade. **n. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. **o. Receitas com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência do efeito não ter sido relevante face ao montante de receitas e despesas nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Em 31 de dezembro de 2022, a partir de uma revisão de critérios acerca dos trabalhos não remunerados prestados pela Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração das Organizações Sociais e, após atualização da estimada valoração das horas dedicadas por cada membro dos citados órgãos, foi realizado um rateio entre os 3 projetos geridos por meio de contrato de gestão e a matriz/mantenedora, sendo que esta última não foi incluída no rateio do Conselho de administração, tendo em vista suas atividades decorrerem do previsto na Lei 846/1998 e visam atender somente os projetos oriundos dos Contratos de Gestão. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o valor de R\$ 85.741 referente a trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras "carve-out". **p. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2022 e 2021 a Entidade não possuía nenhum instrumentos financeiros classificados como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados

são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, incluindo operações de hedge. **q. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre ativos financeiros para negociação (aplicações financeiras). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias. **r. Gerenciamento do risco financeiro:** A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas. As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 23. **s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" uma vez que não deverão ter um impacto significativo ou não terão nenhum impacto nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade. **A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (NBC TG 26 (R5)):** As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Entidade não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras "carve-out" no período de aplicação inicial. A Entidade irá monitorar de perto os desenvolvimentos futuros. **B. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 (NBC TG 32): C. Outras Normas:** A Entidade fez a avaliação e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • CPC 50 (NBC TG 50) - Contratos de Seguros. • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 (NBC TG 26 (R5)• Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23 (NBC TG 23 (R2)). **4. Caixa e equivalentes de caixa e recursos restritos vinculados a fundos**

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	2.500	-
Aplicações financeiras	9.501.128	9.328.065
Total de recursos em caixa e equivalentes de caixa	9.503.628	9.328.065
Recursos restritos vinculados a fundos (nota explicativa nº 11)	2.476.293	4.338.487
Total de recursos em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	11.979.921	13.666.552

As aplicações financeiras são recursos vinculados a projetos e referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão. Essas aplicações são substancialmente certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa. As remunerações das aplicações financeiras renderam juros que variaram de 54,88% a 93,04% do CDI em 2022 (em 2021 a remuneração foi de 56,90% a 78,66% do CDI). Os recursos restritos vinculados a fundos referem-se aos recursos aplicados financeiramente pela Entidade e que somente poderão ser utilizados nas previsões específicas de cada um dos fundos (reserva e contingências) que a Entidade constituiu (vide notas explicativas nº 3j e nº 12).

	31/12/2022	31/12/2021
5. Adiantamento diversos:		
Adiantamento de férias	709.647	633.752
Outros adiantamentos	2.780	8.275
	712.427	642.027
6. Estoques:		
Material de escritório	55.396	31.588
Suprimentos musicais	56.215	10.107
Demais estoques	50.948	24.225
	162.559	65.920

	Taxas anuais de depreciação		Depreciação acumulada	
	2022	2021	2022	2021
Equipamentos	10%	723.709	(586.296)	137.413
Móveis e utensílios	10%	684.814	(566.568)	118.246
Instrumentos musicais	10%	5.709.331	(5.338.229)	371.102
Ferramentas	10%	1.386	(1.386)	-
Computadores e periféricos	20%	849.758	(830.556)	19.202
Telefones	10%	9.175	(9.175)	-
Obras em andamento (a)	-	372.053	-	372.053
Total		8.350.226	(7.332.210)	1.018.016

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Equipamentos	682.569	41.140	723.709
Móveis e utensílios	654.886	29.928	684.814
Instrumentos musicais	5.702.634	6.697	5.709.331
Ferramentas	1.386	-	1.386
Computadores e periféricos	832.473	17.285	849.758
Telefones	9.175	-	9.175
Obras em andamento (a)	50.286	321.767	372.053
Total custo	7.933.409	416.817	8.350.226
Depreciação			
Equipamentos	(550.575)	(35.721)	(586.296)
Móveis e utensílios	(534.844)	(31.724)	(566.568)
Instrumentos musicais	(5.161.358)	(176.871)	(5.338.229)
Ferramentas	(1.359)	(27)	(1.386)
Computadores e periféricos	(818.904)	(11.652)	(830.556)
Telefones	(9.149)	(26)	(9.175)
Total depreciação	(7.076.189)	(256.021)	(7.332.210)
Saldo líquido	857.220	160.796	1.018.016
Saldo em 31/12/2020			
Equipamentos	681.282	1.287	682.569
Móveis e utensílios	638.394	16.492	654.886
Instrumentos musicais	5.702.634	-	5.702.634
Ferramentas	1.386	-	1.386
Computadores e periféricos	829.231	3.242	832.473
Telefones	9.175	-	9.175
Obras em andamento (a)	-	50.286	50.286
Total custo	7.862.102	71.307	7.933.409
Depreciação			
Equipamentos	(513.759)	(36.816)	(550.575)
Móveis e utensílios	(495.500)	(39.345)	(534.844)
Instrumentos musicais	(4.965.173)	(196.186)	(5.161.358)
Ferramentas	(1.316)	(42)	(1.359)
Computadores e periféricos	(801.752)	(17.151)	(818.904)
Telefones	(9.105)	(44)	(9.149)
Total depreciação	(6.786.605)	(289.584)	(7.076.189)
Saldo líquido	1.075.497	(218.277)	857.220

(a) Refere-se implantação de um estúdio para gravações e transmissões de atividades artísticas no Theatro São Pedro, a obra está em fase de projeto e revisão. Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do Contrato de Gestão 05/2017, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: "Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão." Em face a obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou a Secretária de Cultura e Economia Criativa, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 073/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providências da Secretária para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

	31/12/2022	31/12/2021
8. Fornecedores:		
Fornecedores nacionais	1.039.883	83.980

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente serviços, mercadorias e contas de consumo. Tendo em vista os menores efeitos do coronavírus no exercício de 2022 tivemos como consequência uma alta nas atividades, que impactou na elevação no volume de despesas e no passivo da entidade. Vide maiores explicações nas notas explicativas nº 18 a nº 21. Os fornecedores por vencimento apresentaram-se da seguinte maneira:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer até 30 dias	1.024.883	68.980
Vencidos acima de 360 dias	15.000	15.000
	1.039.883	83.980
9. Obrigações sociais e trabalhistas:		
INSS sobre folha	581.017	507.076
INSS sobre serviços terceiros	26.935	1.978
	607.952	509.054
10. Provisão de férias e encargos:		
Provisão de férias	1.542.188	1.276.583
Encargos a recolher sobre férias	544.392	450.634
	2.086.580	1.727.217
11. Projetos a executar:		
Projetos a executar	6.298.962	7.510.387

Descrição	2022		Consumo (**)	Aquisição imobilizado	Valor residual
	Saldo anterior	Valores recebidos			
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (05/2017)	4.916.039	39.657.956	1.032.264	2.196.981	(45.681.319)
Outros Recursos (05/2017)	2.594.348	2.023.291	-	-	(23.781)
Total	7.510.387	41.681.247	1.032.264	2.196.981	(45.705.100)

Descrição	2021		Consumo (**)	Aquisição imobilizado	Valor residual
	Saldo anterior	Valores recebidos			
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (05/2017)	1.608.727	42.272.639	214.589	(39.108.609)	(71.307)
Outros Recursos (05/2017)	1.827.230	767.118	-	-	-2.594.348
Total	3.435.957	43.039.757	214.589	(39.108.609)	(71.307)

Livres: Em 2022, o Curso de Formação de músicos da EMESP Tom Jobim teve 40 habilitações oferecidas com 615 alunos(as) matriculados(as). A habilitação Vibrafone Popular não teve alunos(as) inscritos(as) em 2022, por isso a EMESP decidiu ampliar o número de habilitações inserindo o curso de Flauta Doce no currículo, já que o mesmo apresenta boa demanda de alunos(as) nessa faixa etária. Essa adequação pedagógica foi feita sem prejuízo para o equilíbrio do orçamento global do Contrato de Gestão. Quanto aos matriculados, o pequeno acréscimo no número de alunos(as) se deve ao fato dos cursos terem grande procura e de terem sido convocados suplentes. Salienta-se que não houve qualquer desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão uma vez que o número de horas-aula e de docentes contratados se manteve de acordo com o que foi pactuado. O Curso de Especialização teve 45 habilitações oferecidas com 154 alunos(as) matriculados(as). O número de alunos(as) do curso de especialização superou a meta estabelecida no plano de trabalho devido à qualidade dos cursos oferecidos pela EMESP Tom Jobim e grande procura por parte dos(as) alunos(as) que já passaram pelos cursos de formação e desejam seguir se aperfeiçoando na Escola. Além disso, em alguns dos cursos oferecidos, como ópera estúdio, composição e regência coral, por exemplo, as aulas são coletivas, sendo possível acolher um

...Continuação

maior número de alunos(as) sem gerar desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão. Assim como nos cursos de formação, houve um pequeno acréscimo no número de alunos(as) devido à convocação de suplentes. Reiteramos que o número de horas-aula e de docentes contratados se manteve dentro do estabelecido no Contrato de Gestão. Tivemos também 84 Cursos Livres oferecidos com 753 alunos(as) matriculados(as). A meta para o número de alunos(as) matriculados(as) nos Cursos Livres foi superada em 2022 por conta da qualidade dos(as) professores(as) que ministraram as atividades bem como da qualidade técnica dos cursos oferecidos, que trazem anualmente um número grande de candidatos(as) que aguardam por vagas na Escola. A EMESP procurou atender o maior número possível de alunos(as) sem que houvesse prejuízo pedagógico para a realização das aulas e sem prejuízo para o equilíbrio do orçamento global do Contrato de Gestão, mantendo-se a quantidade de horas-aulas atribuídas semanalmente dentro do limite estabelecido pelo plano de trabalho. Os espaços para as aulas foram adequados e o número maior de alunos(as) não comprometeu a qualidade das aulas. **Eixo 2 - Ações complementares à Formação Cultural - Vivência Artística - Atividades:** Em 2022 aconteceu a Revirada Musical que teve a participação de 1.170 alunos. Devido à melhora da situação da pandemia do novo coronavírus com relação aos anos anteriores, em 2022 a Revirada Musical pôde retomar as apresentações de modo totalmente presencial, sendo notado grande engajamento dos(as) alunos e alunas na preparação, ensaios e, por fim, nas apresentações realizadas no auditório e saguão da EMESP. O número de alunos(as) participantes ultrapassou a meta estabelecida, mas foi possível acolher as demandas de apresentações propostas por docentes e discentes. Também foram realizados 23 Espetáculos Musicais com um público de 1.384 pessoas. O número anual de Espetáculos Musicais excedeu a meta em 1 (um) espetáculo, pois a Escola atendeu ao pedido da SECEC e do Palácio do Governo para a realização de uma apresentação de alunos(as) da EMESP Tom Jobim na Inauguração da Capela do Palácio em 10/12/2022, sendo possível realizar o evento com a otimização dos recursos destinados à rubrica. O número de público de Espetáculos Musicais superou a meta anual estabelecida devido à qualidade artística das apresentações, dos grupos e de seus(suas) professores(as). Foi possível proporcionar o acesso a um grande número de público, não comprometendo a qualidade da programação ou o equilíbrio do orçamento global do Contrato de Gestão. **Eixo 2 - Ações complementares à Formação Cultural - Vivência Artística - Grupos Artísticos de Alunos:** Realizamos 8 concertos dos Grupos Artísticos de Alunos dos cursos da EMESP Tom Jobim, com 59 alunos(as) participantes e público de 3.896 pessoas. A superação da meta do número de alunos(as) participantes se deve ao fato de que em alguns concertos foram privilegiados grupos em que há um número maior de alunos(as) em relação àquele previsto. Ainda assim, salienta-se que esse aumento de alunos(as) não afetou a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido com os(as) alunos(as) ou a qualidade artística dos concertos. O número de público dos concertos dos grupos artísticos de alunos(as) da EMESP superou a meta anual estabelecida devido à qualidade artística das apresentações, de seus(suas) professores(as) e dos grupos, possibilitando grande interesse e gerando um grande número de público, não comprometendo a qualidade da programação proposta. **Eixo 3 - Desenvolvimento Social:** Foram realizadas em 2022: 23 Oficinas socioeducativas com alunos com 313 participantes. A superação do índice de cumprimento de meta de 2022 se deu a partir de uma análise criteriosa e técnica das necessidades e demandas apresentadas pelo corpo discente da EMESP, considerando o contexto social e pedagógico vivenciado neste ano. Considerando o retorno presencial na sua totalidade, mas com a pandemia ainda presente, intensificando as mais diversas expressões da questão social, foi necessário ampliar temáticas e atividades que abordassem assuntos que contribuísem para um melhor acompanhamento dos(as) estudantes, assim como, oferecessem maior acolhimento, informações sobre os processos de saúde, especialmente de saúde mental, dos aspectos sanitários, de ampliação de vínculo familiar, da importância de fortalecer o conhecimento do território e das possibilidades dos serviços da rede socioassistencial. Este aumento foi necessário pensando no cuidado constante com a evasão, acesso e a permanência dos(as) estudantes e suas famílias nas atividades escolares. O aumento de estudantes nas oficinas propostas, considerando a intenção de ampliar o vínculo e fortalecer a participação escolar, foi consequência de um aumento nas atividades propostas, como descrito acima, bem como, a escolha de temáticas que engajaram os(as) estudantes nas atividades, promovendo maior adesão às ações. Para além das temáticas terem promovido maior pertencimento, destaca-se o retorno presencial, o maior número de alunos(as) circulando na Escola e o interesse em se vincularem em atividades presenciais. 11 Oficinas socioeducativas com famílias com 223 participantes. Na mesma lógica das necessidades e potencialidades pensadas para os(as) estudantes, o aumento das oficinas com famílias visou qualificar o atendimento social, a ampliação de vínculo, o acolhimento, bem como fortalecer orientações sociais, a rede de serviços e as questões que impactam, e ainda impactam, as famílias neste retorno presencial, mas ainda em um contexto pandêmico. Havendo o aumento da circulação de famílias aos sábados, foi necessário ampliar o atendimento, proporcionando uma acolhida que favorecesse a rede familiar no apoio ao acesso e permanência dos(as) discentes na Escola. O aumento de familiares nas atividades, ampliando assim o índice de cumprimento da meta anual é uma consequência do aumento das atividades realizadas, bem como a escolha de temáticas que engajaram uma maior adesão às ações. Isso foi necessário para ampliar o vínculo e fortalecer a participação da rede familiar na Escola. Destaca-se, também, o retorno presencial na sua totalidade e uma maior presença das famílias aos sábados. 5 Atividades Socioculturais: 2 Oficinas de Integração entre Grupos. O número de alunos(as) atendidos pelo Bolsa-Auxílio em 9 meses de 2022 foi de 98 alunos. **Eixo 4 - Ações complementares à Formação Cultural - Atividades Extraclasses:** Em 2022 foram realizados 16 master classes com 79 alunos(as) participantes e público de 168 pessoas. O número de alunos(as) participantes e público das master classes superou a meta anual estabelecida no plano de trabalho devido à qualidade dos(as) professores(as) artistas que as ministraram, assim como do repertório proposto, o que levou a uma grande procura de alunos(as) interessados(as). O espaço destinado às masters foi adequado ao número de público. Realizamos 32 workshops com 3.737 alunos(as) participantes. O número de alunos(as) participantes dos workshops superou a meta anual estabelecida no plano de trabalho devido à qualidade dos(as) professores(as) artistas que os ministraram, o que levou a uma grande procura de participantes interessados. Os espaços destinados às atividades foram adequados ao número de participantes, não comprometendo a qualidade da programação proposta. **Eixo 5 - Ações formativas abertas à comunidade:** Em 2022, entre os dias 24 a 29 de outubro, aconteceu o X Encontro de Música Antiga que teve 1 aula/atividade e 1 apresentação artística, com a participação de 53 alunos(as) e um público de 825 pessoas. O número de alunos(as) participantes do Encontro superou a meta estabelecida devido à qualidade dos(as) profissionais envolvidos(as) nas atividades, bem gerando qualquer tipo de prejuízo artístico e/ou pedagógico aos(as) participantes ou mesmo desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Gestão. O número de público do Encontro também superou a meta estabelecida devido à qualidade dos(as) profissionais envolvidos(as) nas atividades, assim como ao fato de que parte desse número foi oriundo de participantes virtuais, que assistiram às atividades através de transmissão ao vivo em plataformas digitais. Também aconteceram 2 palestras com público de 2.403 pessoas. O número de público das palestras superou a meta anual estabelecida no plano de trabalho devido à qualidade dos(as) professores(as) e artistas que as ministraram, assim como do assunto proposto. O espaço destinado à palestra foi adequado ao número de participantes e grande parte desse número é oriundo de participantes virtuais, que assistiram à palestra através de transmissão ao vivo em plataforma digital. Tivemos 2 Intercâmbios com professores internacionais convidados que teve a participação de 123 alunos. O número de alunos(as) participantes dos intercâmbios superou a meta anual estabelecida no plano de trabalho devido à qualidade dos(as) professores(as) artistas que os ministraram, o que levou a uma grande procura de participantes interessados. Os espaços destinados às atividades foram adequados ao número de participantes, não comprometendo a qualidade da programação proposta. **Eixo 6 - Núcleo de Desenvolvimento de Carreira dos Alunos:** Em 2022 foram realizados 70 concertos do Núcleo de Desenvolvimento de Carreira com 247 alunos(as) participantes. Ao longo do ano a meta relativa ao número de concertos do NDC foi consideravelmente superada por conta das parcerias que a Santa Marcelina Cultura desenvolveu no ano, que proporcionaram apoio financeiro para o desenvolvimento de apresentações públicas dos grupos de alunos(as). Complementarmente, os grupos de alunos e alunas do núcleo foram convidados(as) para diversos eventos em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e Governo do Estado de São Paulo. Por fim, o projeto também teve financiamento de suas atividades por meio da Lei Rouanet. Sendo assim, destaca-

se que tal superação não comprometeu a qualidade das atividades e tampouco o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de gestão. O número de alunos participantes apresentado refere-se aos(as) matriculados(as) no NDC ao longo do ano. Destaca-se que ao longo deste período foi necessário substituir alguns alunos ou algumas alunas, pois estes(as) tiveram que cancelar sua matrícula no projeto. Complementarmente, foi possível atender um número maior de alunos e alunas no projeto, pois parte do custeio foi feito por meio de projetos incentivados e parcerias com outras instituições.

Eixo 7 - Difusão - Grupos Artísticos de Bolsistas: Em 2022 realizamos: 12 concertos da Orquestra Jovem Tom Jobim com público de 44.734 pessoas; A meta anual de público da Orquestra Jovem Tom Jobim foi consideravelmente superada, pois os concertos foram feitos de forma presencial e transmitidos ao vivo no canal do Youtube da EMESP Tom Jobim. Por conta da qualidade artística do grupo, houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta da meta de público ter sido superada; 21 concertos da Orquestra Jovem do Estado com público de 92.966 pessoas. A meta referente ao número de concertos da Orquestra Jovem do Estado foi superada por conta de importantes convites que o grupo recebeu para participar de projetos que estavam além da temporada prevista para o plano de trabalho. O primeiro deles partiu do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, que convidou a orquestra para atuar nos espetáculos de lançamento da exposição Amazonas. Ao todo foram duas apresentações, sendo uma na Sala São Paulo e a outra no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Além disso, a orquestra foi convidada pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa para se apresentar na inauguração do Museu do Ipiranga. Os parceiros foram responsáveis pelo custeio das atividades, não havendo desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de gestão. A meta anual de público também foi consideravelmente superada, pois os concertos foram feitos de forma presencial e transmitidos ao vivo no canal do Youtube da EMESP Tom Jobim. Por conta da qualidade artística do grupo houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada; 7 concertos da Banda Sinfônica Jovem do Estado com público de 23.432 pessoas. Ao longo do ano a Banda Sinfônica Jovem teve uma apresentação além do previsto inicialmente no plano de trabalho. Tal atividade se justifica por seu cunho pedagógico, pois trata-se de um programa integrado com a classe de composição da EMESP, que por meio deste projeto, atua junto a um grupo de membros da Banda Jovem para apresentar as obras criadas pelos alunos e pelas alunas. Foi possível absorver os custos referentes à esta apresentação na rubrica orçamentária do grupo, não havendo nenhum tipo de desequilíbrio econômico-financeiro ao contrato de gestão. A meta anual de público também foi consideravelmente superada, pois alguns dos concertos foram feitos de forma presencial e também transmitidos ao vivo no canal do Youtube da EMESP Tom Jobim. Por conta da qualidade artística do grupo houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada; 19 concertos do Coral Jovem do Estado com público de 15.988 pessoas. A meta de concertos do Coral Jovem foi integralmente cumprida e superada. Isto se deu, pois o grupo participou da Temporada de Ópera do Teatro São Pedro, no espetáculo Os Capuletos e os Montéquios. Com isso, para além da programação prevista inicialmente no plano de trabalho, o grupo apresentou 8 récitas de ópera. Tal superação não comprometeu de forma alguma a qualidade das ações, tampouco comprometeu ou ocasionou qualquer tipo de desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de gestão. A meta anual de público também foi consideravelmente superada por conta da qualidade artística apresentada pelo grupo. Além disso, o grupo se apresentou em espaços que comportam um maior número de audiência. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada; 10 concertos da Orquestra Jovem do Teatro São Pedro com público de 21.412 pessoas. A meta referente ao número de concertos da Orquestra Jovem do Teatro São Pedro foi superada por conta de dois importantes convites que o grupo recebeu para participar de projetos que estavam além da temporada prevista para o plano de trabalho. O primeiro deles foi para uma apresentação na cidade de Jundiá, onde o parceiro se responsabilizou por todo o custeio da atividade, e o outro foi do Festival de Campos do Jordão. Desta forma, não houve nenhum tipo de prejuízo para o contrato de gestão. A meta anual de público também foi consideravelmente superada, pois os concertos e récitas de ópera foram feitos de forma presencial e também transmitidos ao vivo no canal do Youtube do Teatro São Pedro. Por conta da qualidade artística do grupo houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada; **2 - Programa de Bolsas de Estudo:** Em 2022 tivemos: 10 meses de concessão de bolsas para 21 bolsistas na Orquestra Jovem Tom Jobim; 10 meses de concessão de bolsas para 49 bolsistas na Banda Jovem do Estado de São Paulo; 11 meses de concessão de bolsas para 100 bolsistas na Orquestra Jovem do Estado de São Paulo; 10 meses de concessão de bolsas para 56 bolsistas no Coral Jovem do Estado de São Paulo; 10 meses de concessão de bolsas para 33 bolsistas da Orquestra Jovem do Teatro São Pedro; 10 meses de concessão de bolsas para 18 bolsistas da Academia do Teatro São Pedro; 6 bolsistas do Atelier de Composição Lírica do Teatro São Pedro. Ao longo do ano alguns (algumas) bolsistas dos grupos se desligaram do Programa, por conta disso suplentes foram chamados para suas vagas, e/ou, eventualmente, novos processos seletivos foram abertos. Dessa forma, o número indicado de bolsistas de quase todos os grupos ultrapassou a meta anual estipulada, porém, nesse caso, o número de alunos(as) ativos(as) nos grupos permanece dentro da meta, não havendo nenhum tipo de prejuízo para o contrato de gestão. **3 - Programa dos Equipamentos Culturais: 3.1 - Temporada Artística do Teatro São Pedro:** Realizamos em 2022: 58 récitas de ópera da ORTHESP com público de 64.552 pessoas. Houve a superação da meta anual de récitas, inicialmente previstas no plano de trabalho, pois a temporada do espetáculo "A Ópera dos Três Vinténs" foi ampliada para proporcionar que uma quantidade maior de público pudesse acessar o Teatro. Tal ação não comprometeu o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de gestão nem comprometeu a qualidade das ações oferecidas. A meta anual de público também foi consideravelmente superada, pois as récitas de ópera foram feitas de forma presencial e também transmitidas ao vivo no canal do Youtube do Teatro São Pedro. Por conta da qualidade artística do grupo, houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta da meta de público ter sido superada; 9 récitas da Academia de Ópera do Teatro São Pedro com público de 20.795 pessoas. A meta referente às apresentações da Academia de Ópera do Teatro São Pedro foi superada por conta dos convites que o grupo recebeu para participar, conjuntamente com a Orquestra Jovem do Teatro São Pedro, em um concerto na cidade de Jundiá. Tal ação foi integralmente custeada pelo parceiro, não havendo nenhum prejuízo para o contrato de gestão. A meta anual de público também foi consideravelmente superada, pois as récitas de ópera

foram feitas de forma presencial e também transmitidas ao vivo no canal do Youtube do Teatro São Pedro. Por conta da qualidade artística do grupo houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada; 20 atividades do Atelier de Composição Lírica do Teatro São Pedro; 15 concertos da temporada de concertos líricos e instrumentais sinfônicos e balé realizados pela ORTHESP com público de 12.360 pessoas. A meta referente ao número de concertos da Orquestra do Teatro São Pedro foi superada por conta de um importante convite que o grupo recebeu para participar da Temporada Internacional da Dellarte, no Teatro B32, em São Paulo. Vale destacar que todo o custo referente à apresentação foi integralmente custeado pelo parceiro, não havendo desequilíbrio econômico financeiro para o contrato de gestão. A meta anual de público também foi consideravelmente superada, pois as récitas de ópera foram feitas de forma presencial e também transmitidas ao vivo no canal do Youtube do Teatro São Pedro. Por conta da qualidade artística do grupo houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta da meta de público ter sido superada; 4 concertos realizados por orquestras convidadas com público de 620 pessoas. Ao longo do ano foram desenvolvidas as apresentações das Orquestras Convidadas no Teatro São Pedro. Vale destacar, que na temporada 2022 priorizou-se oportunizar grupos artísticos ainda em processo de consolidação e desenvolvimento, ou que não fossem de conhecimento do grande público, para que a apresentação no Teatro São Pedro pudesse auxiliar no desenvolvimento artístico de cada uma das orquestras participantes, além de aproximar estes trabalhos do público do Teatro. Com isso e como não houve a transmissão online das apresentações, a meta de público não foi integralmente atingida; 30 concertos de Música de Câmara com público de 19.596 pessoas. O número de público dos concertos de música de câmara superou consideravelmente a meta anual, pois foram feitos de forma presencial e transmitidos ao vivo no canal de Youtube do Teatro São Pedro. Por conta da qualidade artística do grupo houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada; 19 ensaios abertos com público de 2.896 pessoas. Ao longo do ano a meta de ensaios abertos foi superada visando apresentar ao público do Teatro São Pedro diferentes conteúdos artísticos. Vale destaca que, para estas atividades extras, não houve qualquer tipo de prejuízo para o contrato de gestão, pois parte destas ações foram financiadas por projetos de captação de recursos. A meta anual de público também foi consideravelmente superada por conta da qualidade artística apresentada pela programação. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta da meta de público ter sido superada; 40 atividades do Teatro São Pedro para além do CG. A meta anual de atividades do Teatro São Pedro para além do CG foi superada, pois foi possível disponibilizar pautas do Teatro para parceiros através de sessões onerosas e não onerosas. Destaca-se que as sessões onerosas têm significativa importância na composição do orçamento de captação operacional do contrato de gestão vigente. O número de profissionais contratados do corpo estável da Orquestra do Teatro São Pedro em 2022 foi de 33 músicos. **3.2 Programa dos equipamentos culturais - Concertos Didáticos:** Realizamos em 2022, 5 concertos didáticos no Teatro São Pedro com público de 3.954 pessoas. Ao longo do ano foram desenvolvidos os Concertos Didáticos no Teatro São Pedro. Foi possível superar a meta estabelecida, pois o projeto apresentado foi em grande parte subsidiado por meio de projetos incentivados. Com isso, não houve desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de gestão. O número de público também superou consideravelmente a meta anual, pois as apresentações foram feitas de forma presencial e também transmitidas ao vivo no canal do Youtube do Teatro São Pedro. Por conta da qualidade artística do grupo houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo dos concertos. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada. **4 - Programas de Conteúdos Digitais:** Foram realizados em 2022, 8 cursos abertos por meio de plataformas digitais de compartilhamento de vídeo com público de 33.749 pessoas. O número de público dos cursos abertos por meio de plataformas digitais de compartilhamento de vídeo superou a meta anual estabelecida no plano de trabalho devido à qualidade dos(as) professores(as) e artistas que as ministraram, assim como a qualidade e abrangência dos assuntos propostos. **5 - Programa de Desenvolvimento Institucional:** O índice de satisfação dos(as) alunos(as) e pais com o ensino oferecido pela EMESP em 2022 foi de 98%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Insider - Inteligência de Mercado e ocorreu entre os dias 12 de setembro e 05 de outubro de 2022. O índice de Satisfação do público dos concertos dos Grupos Artísticos de Bolsistas em 2022 foi de 100%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Insider - Inteligência de Mercado e ocorreu no período de 12 de agosto a 17 de dezembro de 2022. O índice de Satisfação do público dos eventos do Teatro São Pedro em 2022 foi de 97%. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Insider - Inteligência de Mercado e ocorreu no período de 05 de agosto a 18 de dezembro de 2022. A meta de captação de recursos complementares às atividades ocorre por meio de projetos incentivados e recursos de receitas financeiras operacional. Em 2022 o valor total captado, que é a somatória dos recursos nos três trimestres, foi de R\$ R\$ 8.941.491,73, que equivale a 563% (ICM) da meta total/anual estipulada no Contrato de Gestão nº 05/2017. **6 - Metas Condicionadas:** Foram realizadas 18 Palestras, conversas e debates (talks) no Teatro São Pedro com público de 4.155 pessoas. A meta relativa às palestras, conversas e debates, inicialmente prevista como meta condicionada, foi integralmente cumprida e consideravelmente superada. Isto se deu, pois foram desenvolvidos 9 talks, com palestrantes convidados(as), que foram custeados através de projetos incentivados (plano anual de atividades da Santa Marcelina Cultura - Lei Rouanet). Complementarmente, foram desenvolvidos três projetos que apresentaram ao público conversas e bate-papos sobre os diferentes espetáculos realizados no Teatro, a saber: Falando de Ópera, Falando de Música e Falando de Dança. Essas ações não oneraram financeiramente o contrato de gestão, pois foram desenvolvidas pela equipe da Santa Marcelina Cultura em conjunto com os artistas participantes dos projetos. A meta anual de público também foi consideravelmente superada, pois parte das ações foram feitas de forma presencial e também transmitidas ao vivo no canal do Youtube do Teatro São Pedro. Por conta da qualidade dos conteúdos houve um bom engajamento do público online em relação ao conteúdo das palestras. Não houve prejuízo para a realização da ação por conta de a meta de público ter sido superada. Em 2022 6 alunos(as) foram beneficiados com o Prêmio da Orquestra Jovem do Estado.

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos de reserva	169.430	2.196.981
Recursos de contingência	2.306.863	2.141.506
	2.476.293	4.338.487

Veja detalhes sobre as naturezas dos fundos de reservas e contingências na nota explicativa nº 3j. A seguir demonstramos a movimentação dos fundos em 31 de dezembro:

Descrição	2022				
	Valor residual	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Transferência para projetos (a)	Dotação especial Valor residual
Recursos de reserva (a)	2.196.981	-	169.430	(2.196.981)	169.430
Recursos de contingência	2.141.506	-	165.357	2.306.863	-
Total	4.338.487	-	334.787	(2.196.981)	2.476.293

(a) A entidade utilizou do recurso de R\$ 2.196.981 do Fundo de Reserva tendo como fundamento o disposto na nota 3.j.(i) - item b.

Descrição	2021				
	Valor residual	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Transferência para projetos (a)	Dotação especial Valor residual
Recursos de reserva	2.140.906	-	56.075	-	2.196.981
Recursos de contingência	2.086.628	-	54.878	-	2.141.506
Total	4.227.534	-	10.953	-	4.338.487

13. Provisão para contingências: A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue: Movimentação do período

	Saldo inicial 31/12/2021	Adição	Reversões/ Pagamentos	Saldo final 31/12/2022
Trabalhistas	252.196	131.788	(13.202)	370.782
	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Reversões/ Pagamentos	Saldo final 31/12/2021
Trabalhistas	183.968	68.783	(555)	252.196

Riscos avaliados como perdas possíveis: Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade são de R\$ 25.310.792 (R\$ 24.583.000 de natureza trabalhista e R\$ 176.814 de natureza cível, em 2021), não estão

provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **Principal processo trabalhista avaliado como risco de perda possível:** O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em 11/11/2009 (Processo nº 02356002320095020028 - 28ª VT/SP), em face da Fazenda Pública Estadual, do então Secretário Estadual de Cultura Sr. João Sayad, da Associação dos Amigos do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Música de São Paulo, da Associação Paulista dos Amigos da Arte - APAA e da Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina. Com relação à Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pretende o MPT que não sejam firmados convênio, termo de parceria, contrato ou contrato de gestão ou instrumento jurídico equivalente, com entidade interposta, qualificada ou não como Organização Social, que impliquem na transferência da prestação de serviços ligados à sua atividade firm. Além disso, também pretendia o MPT que a FESP rescindisse imediatamente os contratos de gestão firmados com a Associação Paulista dos Amigos da Arte - APPA e a Associação de Educação, Cultura e

...Continuação Assistência Social Santa Marcelina. Com relação à Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina pretende o MPT que se abstenha de disponibilizar, fornecer, complementar ou intermediar mão-de-obra de trabalhadores para qualquer ente público ou privado, diretamente ou por meio de cooperativas de trabalho, em especial para a Secretaria Estadual da Cultura, e que também se abstenha de contratar mão-de-obra através de cooperativas de trabalho, para quaisquer atividades, seja de fim ou de meio. O MPT também pleiteia a condenação solidária de todos os réus ao pagamento da quantia de R\$ 24.160.704 a título de reparação de danos causados aos direitos difusos e coletivos. Em 1ª Instância foi acolhida a alegação de incompetência da Justiça do Trabalho para julgar a ação, decisão que foi confirmada pelo TRT/SP. Contudo, o TST acolheu o recurso do MPT e reconheceu a competência da Justiça do Trabalho. Dessa decisão, a Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina ingressou com Recurso Extraordinário por entender que houve violação à decisão proferida pelo STF na ADI 1923, que aguarda juízo de admissibilidade pelo TST. Não houve antecipação dos efeitos da tutela e o contrato de gestão firmado pela Associação de Educação, Cultura e Assistência Social Santa Marcelina, vigente no ajuizamento da ação, seguiu seu curso até o término do prazo de vigência, e sucessivos contratos de gestão foram celebrados. Apesar de estar tramitando desde 2009, até o presente momento não houve julgamento do mérito da Ação Civil Pública.

14. Recursos aplicados em ativos imobilizados: Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3 k, os recursos aplicados na aquisição de ativo imobilizado e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, em confronto com os respectivos montantes das despesas de depreciação e amortização em consonância com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). Vide nota explicativa nº 7 - Ativo imobilizado.

Saldo em 31 de dezembro de 2020 1.075.497
 Adição de imobilizado (nota explicativa nº 7) 71.307
 Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 7) (289.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 857.220
 Adição de imobilizado (nota explicativa nº 7) 416.817
 Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 7) (256.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 1.018.016

15. Patrimônio líquido: Em função da EMESP, gerido pela Associação, ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição têm sido nulos, motivo pelo qual a Entidade não apresenta patrimônio social constituído.

16. Remuneração da Administração: O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração da Diretoria Estatutária. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

17. Receitas vinculadas a recursos de gestão:

	31/12/2022	31/12/2021
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (05/2017) - (Vide nota explicativa nº 11)	45.681.319	39.108.609

Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação 256.021 289.584

Outras receitas vinculadas ao contrato de gestão (cessão de espaço) - 121.950

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	(16.089.076)	(14.269.405)
Encargos	(6.881.491)	(6.190.943)
Férias	(1.882.369)	(1.588.485)
Assistência médica	(1.640.251)	(1.386.457)
13º Salário	(1.390.583)	(1.187.805)
Vale Refeição	(679.769)	(569.717)
Cesta Básica	(629.949)	(530.053)
Aviso prévio	(119.115)	(269.107)
Vale Transporte	(159.972)	(70.014)
Outros	(219.198)	(134.947)
Total	(29.691.773)	(26.196.933)

O aumento de despesas com pessoal se deu principalmente pelo reajuste salarial decorrente da Convenção Coletiva em 10,8% e em virtude de novas contratações. Foi também significativo o aumento do custo com assistência médica que sofreu reajuste na ordem de 30% e, o acréscimo em cerca de 11% dos custos com benefício de cesta básica.

19. Serviços prestados por terceiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(7.436.178)	(4.797.800)
Serviços - pessoa física (b)	(2.788.614)	(3.753.228)
Manutenção e conservação	(788.926)	(701.034)
Consultoria e assessoria	(309.848)	(222.839)
Suporte em infraestrutura de TI	(86.518)	(95.992)
Auditoria	(125.437)	(48.430)
Total	(11.535.521)	(9.619.323)

Tendo em vista os menores efeitos do coronavírus no exercício de 2022 tivemos como consequência uma alta nas atividades, que impactou na elevação sobretudo das despesas de natureza artística, como cenário, figurino, sonorização, iluminação, transporte de pessoas, instrumento e materiais, serviços artísticos prestados por terceiros, etc. (a) As despesas com serviços diversos pessoa jurídica referem-se, principalmente a limpeza, segurança, serviços artísticos e outros. (b) A Entidade classifica em serviços tomados de terceiros pessoa física substancialmente os valores desembolsados a título de bolsas de estudos (Programa de Bolsas de Estudos e Grupos Artísticos de Bolsistas) conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

20. Despesas gerais:

	31/12/2022	31/12/2021
Consumo água e energia	(473.012)	(280.779)
Materiais de consumo	(366.295)	(219.704)
Conduções e transportes	(252.767)	(29.110)
Viagens e estadias	(238.652)	(56.371)
Lanches e refeições	(159.221)	(46.557)
Telefone e internet	(131.176)	(130.224)
Bens de natureza permanente	(99.698)	(40.771)
Despesas legais	(97.620)	(22.538)
Correios e telegrafos	(92.497)	(93.960)
Despesas de seguros	(91.949)	(81.188)
Aquisição/compra de partituras	(81.188)	(57.817)
Copa e cozinha	(33.791)	(7.760)
Despesas com software	(19.422)	(106.315)
Cartórios e registros	(13.641)	(14.745)
Treinamento de pessoal	(12.650)	(13.360)
Uniformes	(7.864)	(1.604)
Equipamentos de proteção individual	(5.886)	(12.433)
Assinaturas	(874)	(291)
Premiação/concurso	-	(220.000)
Contingencias legais	-	(378)
Total	(2.134.284)	(1.435.905)

Parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais

À Diretoria, O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, nos termos do artigo 54, inciso V, do Código Civil de 2002, e de acordo com o que determina o artigo 96 do Estatuto Social, no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras "carve-out" da Escola de Música do Estado de São Paulo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, gestora da "Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Teatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos". São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Teatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos ("Entidade"), unidade de negócio controlada por meio de centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim), Teatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos, unidade de negócio controlada por centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação

Face o retorno das atividades em razão dos menores efeitos do coronavírus no exercício de 2022 como consequência ocorreu uma alta das despesas de consumo de água e energia elétrica, transporte e refeições de alunos, viagens e estadia para apresentações das óperas, etc.

21. Despesas de locação:

	31/12/2022	31/12/2021
Locação de imóveis	(815.745)	(723.504)
Locação de partituras	(458.550)	(319.091)
Locação de equipamentos	(400.151)	(296.165)
Cessão de direito autoral	(210.681)	(68.286)
Locação de espaço	(91.674)	(36.600)
Locação de instrumentos	(34.510)	(20.000)
Locação de bens moveis	(29.122)	(56.845)
Total	(2.040.433)	(1.520.491)

	2022	2021
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	1.494	779
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(31.922)	(24.993)
Resultado financeiro, líquido	(30.428)	(24.154)

22. Resultado financeiro, líquido:

Receitas financeiras

Outras receitas financeiras 1.494 779

Despesas financeiras

Outras despesas financeiras (31.922) (24.993)

Resultado financeiro, líquido (30.428) (24.154)

31/12/2022 Fluxo de caixa contratuais

Passivos financeiros não derivativos

Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	1.039.883	1.039.883	1.039.883	-	-
Outras Contas a Pagar	10.218	10.218	10.218	-	-
Total	1.050.101	1.050.101	1.050.101	-	-

31/12/2021 Fluxo de caixa contratuais

Passivos financeiros não derivativos

Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	83.980	83.980	83.980	-	-
Outras Contas a Pagar	4.693	4.693	4.693	-	-
Total	88.673	88.673	88.673	-	-

(ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito: A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

Caixa e equivalente de caixa 31/12/2022 31/12/2021

Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras 9.501.128 9.328.065

Recursos restritos vinculados a fundos - aplicações financeiras 2.476.293 4.338.487

Ativos Classificação Hierarquia de valor justo 31/12/2022 31/12/2021

Caixa e Equivalentes de caixa - aplicações financeiras Valor justo por meio do resultado Nível 2 9.503.628 9.328.065

Recursos restritos vinculados a fundos - aplicações financeiras Valor justo por meio do resultado Nível 2 2.476.293 4.338.487

Total 11.979.921 13.666.552

Passivos Classificação 31/12/2022 31/12/2021

Fornecedores Outros passivos financeiros (custo amortizado) (1.039.883) (83.980)

Outras contas a pagar Outros passivos financeiros (custo amortizado) (29.386) (4.693)

Total 1.081.497 (88.673)

O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

24. Aspectos relacionados a impostos e contribuições: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por ter objetivos e caráter de Assistência Social, goza da imunidade aos impostos prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 e, para tanto, cumpre os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, quais sejam: (i) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (iii) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. A Associação (assim como a EMESP), não goza da imunidade para as contribuições da Seguridade Social prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 em razão de ainda não possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social CEBAS, estando contudo, enviando esforços para alcança-lo. Portanto é contribuinte do INSS Cota Patronal, do PIS incidente sobre a folha de pagamento e das Contribuição para Terceiros. A Associação é isenta do PIS/PASEP, da COFINS e da CSL. **25. Renúncia fiscal:** A Entidade entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o art. 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção. Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL:** Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que "consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos **Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS:** Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias. **26. Cobertura de Seguros:** De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), segue abaixo informações sobre os seguros contratados pela entidade em 31 de dezembro de 2022, como medida preventiva para cobertura de eventuais sinistros: (EMESP Tom Jobim), Teatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos, unidade de negócio controlada por centros de custos, pertencente a sua filial, inscrita sob o CNPJ 10.462.524/0002-39, encerradas em 31/12/2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela

de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação a entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração da Associação de Cultura, Educação

23. Instrumentos financeiros: A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Entidade não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021), a Entidade está sujeito aos fatores de: **(i) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

Outros ativos 759.423 687.170

Total 12.736.844 14.353.722

Caixa e equivalentes: A política de gestão de risco determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha. **Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	31/12/2022	31/12/2021
Porto Seguro Predial (Theatro São Pedro)	35.000.000	02/07/2023
Porto Seguro Predial	27.748.601	13/06/2023
Berkley International Responsabilidade Civil	1.160.000	30/09/2023

*Os seguros de veículos compreendem também coberturas de acidentes pessoais por passageiro (morte / invalidez), acessórios e danos a terceiros (morais, materiais e corporais). **27. Eventos subsequentes: Continuidade da operacionalização e gestão da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos - Contrato de Gestão - 2023 - 2027:** Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, participou da convocação pública a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 846, de 04 de junho de 1998, nos termos da Resolução SC nº 44/2022, 11 de outubro de 2022, com o fim de celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, para o gerenciamento das atividades do objeto cultural Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos, e logrou êxito, sendo declarada como vencedora do certame, conforme Despacho do Gabinete do Secretário de 16 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17 de dezembro de 2022. O referido instrumento contratual possui vigência de 01/01/2023 a 31/12/2027, e tem por objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural, com o fim de administrar em parceria com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos. Com a renovação do Contrato de Gestão da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP Tom Jobim, Orquestra do Teatro São Pedro, Teatro São Pedro e do Teatro Caetano de Campos, a Santa Marcelina Cultura pretende iniciar um processo de restauro e ampliação do Theatro São Pedro, o segundo teatro mais antigo de São Paulo, por meio da realização de uma campanha de mobilização de recursos a partir do ano de 2025, com a previsão de finalização do projeto em 2027, quando o Theatro completará 110 anos de existência. Esse projeto estará condicionado a participação da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa tanto na aprovação e acompanhamento do projeto, como também na viabilização da desapropriação de imóveis adjacentes.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente

Rodrigo Ronald Henrique da Silva - Contador - CRC nº 1SP-290165/O-2

auditoria KPMG Assurance Services Ltda. em 29/03/2023. Com base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos. São Paulo, 29 de março de 2023. Ir. Odiva Palla. Ir. Luceni das Mercês. Ir. Tereza Aparecida Benjamin Teixeira.

e Assistência Social Santa Marcelina com o propósito específico de determinação da posição patrimonial e financeira do Contrato de Gestão da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Associação, cuja apresentação não é requerida às entidades de direito privado sem fins lucrativos foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras "carve-out" e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor

Continua

...Continuação) adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras "carve-out" tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas

pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de março de 2023.
KPMG Assurance Services Ltda. - CRC 2SP-023228/O-4
Marcos A. Boscolo - Contador CRC 1SP198789/O-0

Virgo Companhia de Securitização

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 50ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização (Nova Denominação da Isec Securitizadora S.A.)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 50ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em primeira convocação, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 24 de abril de 2023 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 12.5 do Termo de Securitização de Recebíveis do Agronegócio da Emissão celebrado em 23 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: a) Aprovar a dispensa do pagamento do Prêmio pela Devedora devido ao Resgate Antecipado Facultativo da totalidade da Cédula de Crédito Bancário nº 1 / 2021 ("CCB") e, consequentemente dos CRA, conforme previsto na cláusula 7.3, inciso (iii) do Termo de Securitização e cláusula 2.8, inciso (iii) da CCB. Vale ressaltar que, em caso de aprovação desta matéria, a previsão de pagamento do Prêmio será dispensada permanentemente; e b) Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 12.9 do Termo de Securitização, já a deliberação prevista no item (i) será tomada em primeira ou em segunda convocação por, no mínimo, 90% (noventa por cento) de Titulares dos CRA em Circulação e o item (ii) por no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em Circulação, conforme cláusula 12.11.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gastao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para af.assembleias@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (CRA ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 31 de março de 2023. Virgo Companhia de Securitização

SAAB Sensores e Serviços Brasil Ltda.

CNPJ/ME nº 06.916.109/0001-50 - NIRE 35.219.279.623

Ata de Resolução de Sócios realizada em 30 de dezembro de 2022

Saab International AB, uma sociedade devidamente organizada e validamente existente sob as leis da Suécia, CNPJ nº 10.354.155/0001-80, representada pelos seus procuradores, **Natália Cibele Correia da Silva**, OAB/SP nº 290.416, RG nº 33.472.475-2 - SSP/SP e CPF nº 316.825.008-29; e **Darcio Siqueira de Sousa**, OAB/SP nº 240.530, RG nº 26.630.255-5 - SSP/SP e CPF nº 157.093.498-36, na qualidade de única sócia da **SAAB Sensores e Serviços Brasil Ltda.**, devidamente organizada e validamente existente sob as leis do Brasil, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Elisha Otis, nº 75, 2º andar, Cooperativa, nos termos do artigo 1.078 do Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e nos termos da Cláusula 7, alínea "b", do Contrato Social da Sociedade, **Resolve: 1. Aprovar** o encerramento das atividades da filial da Sociedade localizada na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Elisha Otis, nº 75, térreo, parte 2, Cooperativa, CNPJ nº 06.916.109/0003-11, extinguindo-a para todos os fins. **2. Aprovar**, em seu inteiro teor, o Protocolo e Justificação da Incorporação, assinado em 30/12/2022 pelos administradores da Sociedade, da **SAAB do Brasil Representação, Serviços e Comércio de Produtos de Defesa, Transporte e Sistemas de Tecnologia Ltda.**, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, na SCN Quadra 5 Bloco A, nº 50, sala 816, Ed. Brasília Shopping, Asa Norte, CNPJ nº 07.451.471/0001-65 ("Saab do Brasil"), e da **SAAB Brasil Ltda.**, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Elisha Otis, nº 75, térreo, parte 1 e 1º andar, Cooperativa, CNPJ nº 23.100.444/0001-02 ("Incorporadora"), que estabeleça termos e condições para a incorporação da Sociedade e da Saab do Brasil pela Incorporadora, ("Protocolo"); **3. Ratificar** a nomeação da empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Sociedade: **A.S. Contábil S/S**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, conjuntos 702 a 706, Jardim Paulistano, CNPJ nº 01.355.089/0001-71, CRC/SP-2SP019239/O-1; **4. Aprovar**, em seu inteiro teor, o laudo de avaliação, elaborado em 30/11/2022 pela empresa especializada, que apurou o patrimônio líquido da Sociedade no valor de R\$ 32.492.060,68 ("Patrimônio Líquido"), com base no valor contábil da Sociedade, em conformidade com o balanço patrimonial da Sociedade levantado extraordinariamente em 30/11/2022; **5. Aprovar**, de forma definitiva, a incorporação da Sociedade pela Incorporadora com a consequente transferência de seus ativos, direitos e obrigações para a Incorporadora, sendo a Sociedade extinta no caso de aprovação da incorporação pela Incorporadora através de alteração de contrato social. Eventuais variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da Sociedade após a data do balanço patrimonial da incorporação levantado em 30/11/2022 serão registradas pela Incorporadora em seus livros contábeis e registros; **6. Conceder** poderes e autorizar a administração da Sociedade a realizar todos os atos necessários à efetivação da incorporação; **7. Que** os livros contábeis da Sociedade serão mantidos na sede da Incorporadora durante o prazo requerido pela lei aplicável; e **8. Todas** as atividades e operações atualmente desenvolvidas pela Sociedade em sua sede e em suas filiais passarão a ser desenvolvidas pela Incorporadora. Todas as licenças e autorizações da Sociedade, para o exercício de suas atividades, serão sucedidas pela Incorporadora. A administração da Incorporadora deverá promover os cancelamentos, registros, atualizações e todos os demais atos necessários perante os órgãos públicos competentes, de forma a implementar a incorporação. Sem mais deliberações a serem tomadas nesta data, esta ata foi lavrada, aprovada e assinada pela sócia. São Bernardo do Campo, 30/12/2022. **SAAB International AB** p.p Natália Cibele Correia da Silva - Procuradora, p.p Darcio Siqueira de Sousa - Procurador. JUCESP - Registro sob nº 27.646/23-3 em 23/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

HOMOLOGAÇÃO

Despacho da Superintendência de 27/03/2023. Processo nº.: 001/0708/002.975/2022. Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Aquisição de Vidros Temperados. Pregão Eletrônico SRP nº 017/2023. HOMOLOGO, com fulcro no disposto no inciso XXII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, combinado com o artigo 12 do Decreto nº 63.722/2018 e inciso VII do artigo 6º da Resolução CEGP - 10/2002, o procedimento licitatório adotado na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, ficando em decorrência registrado os itens 01 e 02 a favor da empresa RENOVO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.791.182/0001-07, pelo período de vigência de 12 (doze) meses. Despacho da Superintendência de 27/03/2023. Processo nº.: 001/0708/002.601/2022. Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Limpeza). Pregão Eletrônico SRP nº 004/2023. HOMOLOGO PARCIALMENTE, com fulcro no disposto no inciso XXII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, combinado com o artigo 12 do Decreto nº 63.722/2018 e inciso VII do artigo 6º da Resolução CEGP - 10/2002, o procedimento licitatório adotado na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, ficando em decorrência registrado o item 02 a favor da empresa ENTRE RIOS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.690.612/0001-66, pelo período de vigência de 12 (doze) meses. E AUTORIZO a retomada em relação ao item 01, na sua fase de aceitabilidade de preços, diante da reprovação da amostra, pois inicialmente havia tido a informação que a devido amostra foi aprovada, mas ao término da sessão a área responsável informou que equivocadamente foi dada a informação erroneamente.

Produtos Alimentícios Orlândia S/A Comércio e Indústria

CNPJ N.º 53.309.845/0001-20 - NIRE 35300036476

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

São convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 28/04/2022, às 9 horas, na sede social da Empresa, na Avenida do Café, 129, em Orlândia/SP, afim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura, discussão e votação das contas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, publicado no DOESP do dia 24/02/2023 e no Jornal "A Tribuna" de Ribeirão Preto; 2) Destinação do lucro líquido do exercício findo; 3) Outros assuntos de interesse da sociedade. Açam-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, Orlândia, 30/03/2021. (30, 31/03 e 01/04)

MENEGUELLO PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF: 42.509.266/0001-04 - NIRE 35237386371

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS PARA REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Em 20 de Março de 2023, na sede da empresa, localizada na Rua Pauliceia, nº 122, Vila Camilópolis, Santo André, CEP 0923-340 com a presença da totalidade do capital social, foi deliberado que: O capital social da sociedade que era de R\$ 2.764.688,00 (Dois milhões setecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais) representado por Dois milhões setecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito (cotas) no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que R\$ 2.763.860,00 (Dois milhões setecentos e sessenta e três mil oitocentos e sessenta reais) está integralizado em bens imóveis pelos sócios ROGÉRIO APARECIDO GARCIA MENEGUELLO e VALERIA CARDOZO MENEGUELLO e R\$ 276,00 em moeda corrente nacional pelo sócio LUCAS CARDOZO MENEGUELLO, R\$ 276,00 em moeda corrente nacional pela sócia LAVINIA CARDOSO MENEGUELLO e R\$ 276,00 em moeda corrente nacional pela sócia LETÍCIA CARDOZO MENEGUELLO, será reduzido em 500.000,00 (Quinhentos mil reais) com a desincorporação dos seguintes imóveis: Uma gleba de terras com área de 3.893,00 m2 no bairro do Portão, perímetro urbano, desta cidade e comarca de Atibaia, SP, medindo linearmente, 35,00 m. de frente para a Estrada Municipal; pelo lado direito, de quem olha o terreno, da frente aos fundos, confronta com o quinhão G de Avelino Domingos dos santos; pelo lado esquerdo, também de quem olha para o terreno da frente aos fundos, mede 180,00m. aproximados e confronta com o quinhão I de Benedito Domingos dos santos; e nos fundos mede 26,00m. e confronta com as terras de José Leal Teixeira de Souza, que nesta gleba de terras é designada como sendo gleba H, tudo melhormente descrito e caracterizado na matrícula nº 32.245 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia, pelo valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), tendo como contribuinte municipal o nº 05200100000000135. UM TERRENO constituído pelo lote 9 da quadra 133 da Vila Camilópolis, perímetro urbano do 2º subdistrito desta cidade, com área de trezentos e cinquenta metros quadrados, medindo dez metros de frente para a rua Ponta Porã, por trinta metros da frente aos fundos, confrontando de um lado com os lotes 10, 11 e 12 de outro lado com o lote 8, e nos fundos com lote 1, tudo melhormente descrito e caracterizado na matrícula nº 5.769 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Santo André, pelo valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais), tendo como contribuinte municipal o nº 08.186.009, por tornar-se excessivo com relação ao objetivo social da empresa, passando o capital social da sociedade a ser de R\$ 2.264.688,00 (Dois milhões duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais) representado por 2.264.688 (Dois milhões duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito) de cotas sociais no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional. Para os efeitos do § 1º, do art. 1.084 da Lei nº 10.406/02, o arquivamento da Alteração Contratual resultante se dará no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta ata. O montante da presente redução será devolvido, na proporção da participação societária aos sócios conforme disposições legais. Presidente, Rogério Aparecido Garcia Meneguello e para Secretário Valeria Cardozo Meneguello. Nada Mais havendo a tratar, foi encerrado a reunião da qual foi lavrada a presente ata. São Paulo, 20 /03/2023. Rogério Aparecido Garcia Meneguello - Presidente; Valeria Cardozo Meneguello - Secretário; Letícia Cardozo Meneguello; Lucas Cardozo Meneguello; Lavinia Cardoso Meneguello - Representada por seus Genitores Valeria Cardozo Meneguello e Rogério Aparecido Garcia Meneguello

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AVH

CNPJ 17.781.651/0001-69

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 05/2023

PROCESSO Nº. 11/2023 a ser regido pelas Leis 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, inscrito no CNPJ 17.781.651/0001-69 torna público o presente Aviso de Licitação para o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos - Licitação Compartilhada - menor preço por item, para os municípios consorciados - Abertura: 13/04/2023, às 09h00min na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, sito Rua: Manoel Amaro, Número 113, Sala 01, Centro no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo. **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023.** PROCESSO Nº. 09/2023 a ser regido pelas Leis 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, inscrito no CNPJ 17.781.651/0001-69 torna público o presente Aviso de Licitação para o registro de preços - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192 - REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO/SP - Licitação Compartilhada - menor preço por item, visando aquisições futuras e eventuais pelos entes federados consorciados. Abertura: 26/04/2023, às 09h00min na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, sito Rua: Manoel Amaro, Número 113, Sala 01, Centro no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo. **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023.** PROCESSO Nº. 10/2023 a ser regido pelas Leis 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, inscrito no CNPJ 17.781.651/0001-69 torna público o presente Aviso de Licitação para o registro de preços - Aquisição de ar condicionado, tipo split - Licitação compartilhada - menor preço por item para os municípios consorciados - Abertura: 12/04/2023, às 09h00min na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, sito Rua: Manoel Amaro, Número 113, Sala 01, Centro no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo. **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2023.** PROCESSO Nº. 15/2023 a ser regido pelas Leis 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, inscrito no CNPJ 17.781.651/0001-69 torna público o presente Aviso de Licitação para o registro de preços - Aquisição de mobiliários hospitalares - Licitação compartilhada - menor preço por item para os municípios consorciados - Abertura: 10/05/2023, às 09h00min na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde AVH, sito Rua: Manoel Amaro, Número 113, Sala 01, Centro no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo. O edital completo poderá ser baixado no site: www.cisavh.com.br. Cravinhos, 29 de março de 2023. JOSÉ DURVAL A. MADUREIRA - Diretor Administrativo CIS-AVH.

Transtodogaz Locação e Transportes Ltda, inscrita no CNPJ 10.667.654/0001-27, convoca o Sr. PAULO MARCIO CAVALCANTE DE SOUZA portador do CPF 015.370.462-41, para que compareça em sua matriz localizada na Via Eduardo Elias Zahran, nº 1295, Distrito Industrial São Lucas na cidade de Limeira-SP, no prazo 24 horas. Esgotado esse prazo, o caso será incurso na letra "I" do artigo 482 da CLT, configurando abandono de emprego.

EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06 - NIRE nº 35.300.153.235

COMUNICADO

A EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., em conformidade com seu Contrato de Concessão de Distribuição nº 202/98 - ANEEL e com o que dispõe a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 e suas respectivas alterações, com o objetivo de dar transparência e publicidade aos projetos realizados e colher subsídios para a elaboração de novos projetos, convida universidades, entidades de classe, conselho de consumidores, parceiros, clientes e sociedade em geral para, através de Audiência Pública, fornecer informações adicionais sobre os Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Audiência Pública será realizada entre os dias 24 a 31 de março de 2023, via internet, através do site www.edp.com.br. As contribuições para os temas e projetos propostos poderão ser encaminhadas eletronicamente para a EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. nos endereços eletrônicos: eficiencia@edpbr.com.br e pesquisaedesenvolvimento.distribuicao@edp.com respectivamente, ou para Av. Cassiano Ricardo, 1973, CEP: 12240-540, Jd. Alvorada, São José dos Campos-SP, aos cuidados do Programa de Eficiência Energética ou Pesquisa & Desenvolvimento

IRMÃOS DAVOLI S.A. IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

CNPJ(MF): 52.769.783/0001-76 - NIRE: 35300017803

Aviso aos Acionistas - Comunicado Art.133 da Lei nº 6.404/76.

A Irmãos Davoli S.A. Importação e Comércio, comunica aos seus acionistas, que adicionalmente à publicação dos documentos referidos nos incisos I e II do Art. 133 da Lei nº 6.404/76, referidos documentos se encontram à sua disposição na sede da Companhia. Mogi Mirim, 31 de março de 2023. João Batista Davoli - Diretor; Pedro Davoli Neto - Diretor.